

Política: história, ciência, cultura e etc.¹

Angela de Castro Gomes

Este texto tem como objetivo básico realizar o arriscado exercício de pensar como, no Brasil das últimas décadas, desenvolveram-se o que se irá chamar de "estudos políticos". Tal designação, passível de muitas críticas e desconfianças, é reveladora da grande dificuldade em delinear o campo dos trabalhos cobertos pela reflexão, uma vez que trata-se, fundamentalmente, de situar as questões e relações, ao mesmo tempo competitivas e complementares, de uma produção que, tendo como objeto "temas políticos", pode assumir contornos teórico-metodológicos mais próximos ou distantes da história, da ciência política ou, também, de outras ciências sociais.

Este tipo de produção tem profundas raízes na tradição intelectual brasileira, marcada por um vigoroso ensaísmo histórico-sociológico (que é político), desde os inícios do século. Evidentemente, não se buscará aqui acompanhar tão longa convivência, mesmo porque a intenção básica é a concentração do foco nas relações entre história e política, o que só se torna possível de forma mais efetiva quando um certo acúmulo de textos identificados, grosso modo, como de ciência política começa a circular no país. Isto só acontece mais claramente, guardada a fluidez de toda fronteira, a partir dos anos 60, tendo a ver com a disseminação dos cursos de ciências sociais (graduação e pós-graduação) nas universidades; com o aumento do interesse editorial pela publicação de textos políticos; e também com os crescentes contatos entre historiadores e cientistas sociais/políticos que passam a

¹ Esse texto foi publicado em *Estudos Históricos: Historiografia*, Rio de Janeiro, v.9, n. 17, p. 59-84, 1996.

sinalizar novos tempos para tais relações interdisciplinares e para o pensamento político brasileiro.²

Embora possa parecer supérfluo, uma primeira observação a ser realizada é a da própria relação do autor deste artigo com o seu objeto de reflexão. Isto porque tornou-se claro para mim, a partir de certo momento não localizável das leituras empreendidas para a realização do artigo, que havia alguma dose de minhas próprias vivências nas observações que vinham brotando da análise. Dito de outra forma, o autor do texto é historiador por formação básica que, dedicado desde o início dos anos 70 à pesquisa da história política, sentiu necessidade de aplicar-se teoricamente na área da ciência política, para empreender estudos que se definiam crescentemente por sua inserção no período cronológico que veio a ser consagrado com a terminologia de "história do tempo presente".

Assim, a ótica assumida é a do historiador com "dupla" formação, ou seja, a do profissional comprometido com os impasses contemporâneos da história - dentre os quais se destaca a afirmação de características distintivas e constitutivas da disciplina -, mas que se recusa a aceitar que o preço da singularidade possa ser um maior estremecimento das ligações amorosas e, em certa medida, perigosas entre história e ciências sociais.³

² A palavra de ordem da interdisciplinariedade entre as diversas disciplinas sociais - aí incluída, com destaque, a história - tem seu momento de auge de debates e experimentos, em todo o mundo, nos anos 70 e 80. O Brasil, neste sentido, acompanhou esse movimento intelectual internacional, especialmente atento ao exemplo francês no que se refere à prática historiográfica.

³ Em texto recente, Jacques Revel destaca a tendência a uma "re-disciplinarização parcial" no campo das ciências sociais. Ela seria uma reação à ameaça de perda de identidade no interior destas disciplinas, ocasionada por uma "integração" que não produziu "acumulação" nos resultados obtidos, trazendo muito mais uma duplicação de esforços e uma espécie de implosão/desordem nos vários campos disciplinares, agravada, naturalmente, pela crise dos paradigmas totalizadores. REVEL, J. "Histoire e sciences sociales: une confrontation instable", *Passés recomposés*, Paris, 1995, p. 69-81.

Roger Chartier é um dos historiadores que tem "militado" no sentido de manter contatos interdisciplinares e, ao mesmo tempo, demarcar a natureza de um conhecimento histórico construído em referência à realidade social, nem sendo narrativa literária, nem seguindo um paradigma "galileano" de ciência que exclui a consciência dos atores dos parceiros sociais.

Por esta razão, a estratégia escolhida para "construir" o texto parte de uma série de opções - portanto, de exclusões - que devem ficar claras e que têm a ver fundamentalmente com os temas da revitalização da história política, do reconhecimento da história do tempo presente e das relações de interdisciplinaridade constitutivas de uma história política do tempo presente.⁴

No que se refere à história política, também no Brasil, a tradição historiográfica é fortemente marcada por uma produção de história política-administrativa, com o privilegio de uma narrativa descritiva, povoada por acontecimentos, grandes vultos, batalhas etc. Em oposição a esta "velha" história, que se transformou, a partir da crítica e da prática da escola dos Annales, na síntese de todos os males da disciplina, também se desenvolveu uma "outra" história, que se caracterizou por ser econômico social e voltada para as estruturas, os atores coletivos, as metodologias quantitativas, etc.

Nos dois casos - o da "velha" história política e o da "nova" história econômico-social, na qual a política era como que uma consequência/decorrência -, os períodos de tempo mais estudados eram os da Colônia e do Império (logo, uma classificação "política"), havendo bem menos interesse pela República.

Nada de especial, por conseguinte, em relação ao que ocorria em outras experiências historiográficas, como a francesa, que sempre foi de especial importância para a produção intelectual dos historiadores nacionais.

O que pode constituir uma primeira observação a flexibilizar tal "evolução", é o reconhecimento de que, por uma ausência de trabalhos sistemáticos

⁴ Neste sentido os "estudos políticos" sediariam a história do "tempo presente", entendida não apenas como voltada para um período cronológico recente (o pós segunda guerra, em geral), mas igualmente como a resultante de uma demanda social que busca uma interpretação histórica para os eventos com que cada vez mais intensamente convive. Tal produção, executada por uma geração de historiadores que vivencia esta demanda social, seria marcada por procedimentos de consulta a arquivos e utilização de metodologias que a distinguiriam de uma "história imediata", com valor precípua de depoimento histórico, quer realizada por historiadores, jornalistas, etc. CHAUVEAU, A e TÉTARD, P. (Org.), Questions à l'Histoire des temps présents, Paris, Ed. Complexe, 1992.

no campo da historiografia brasileira, e pela solidificação do tipo de visão acima enunciada, acabamos por delinear uma tradição disciplinar por demais homogênea e dominada pela "velha" história político-administrativa, até mesmo por estratégia de combate, renovação e afirmação dos "novos" estudos sociais e econômicos..

Isto teria ocorrido por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, porque houve um obscurecimento das características da produção histórica, sobretudo daquela ocorrida nas primeiras décadas da República e que, em certo sentido, funda o campo deste conhecimento no Brasil. Desta forma, ela é globalmente imersa no epíteto de uma história política de eventos/homens/datas, sendo marcada pela ausência de interpretações que levassem em conta a situação sócio-econômico do "fato" que se examinava. Estudos sobre estes autores e obras, embora pouco numerosos, têm demonstrado que nossos "historiadores clássicos" eram bem mais "sofisticados", construindo seus textos políticos com apelo a fontes e metodologias diversificadas (arquivos privados, material iconográfico etc...) e, principalmente, contextualizando a questão que examinavam na vida sócio-econômica do país, da região, da cidade. Além disso, alguns desses textos possuíam, ao menos em partes significativas, características de uma história do tempo presente, ou de uma história imediata, em que o autor era um testemunho e/ou um ator dos acontecimentos que analisava.

Em segundo lugar, porque é possível que esta "velha" história política, sem dúvida existente e influente, estivesse mais presente nos compêndios escolares, eles mesmos objeto de crítica desde os anos 30, justamente por não atraírem os estudantes devido a suas minúcias descritivas, enumerações cansativas e escassez de idéias interpretativas. O convite a uma história dos fatos econômicos e sociais do Brasil está feito - inclusive pelas reformas oficiais de ensino, a Capanema, de 1942, com destaque -, independentemente das razões e dos objetivos de rejeição à "velha" história política interpelada pela escola dos Annales. Tal perspectiva, é interessante

registrar, só iria se disseminar bem mais tarde, guardando intrínsecos contatos com o crescimento das análises de orientação teórica marxista já nos cursos universitários de história e ciências sociais.

Ainda no rastro desta possibilidade de reflexão, pode-se suspeitar dos laços que unem esta "velha" história política e o ambiente acadêmico das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, criadas para formar professores a partir de finais dos anos 30. No caso da disciplina de história e usando o exemplo do Rio de Janeiro, a prática docente de catedráticos como Hélio Viana não deixa dúvidas quanto à longevidade de uma "fórmula" de ensinar conteúdos, lembrados até hoje por ex-alunos como intragáveis e inteiramente avessos à pesquisa e à própria leitura dos clássicos do "pensamento histórico brasileiro".

Um olhar relâmpago para o que ocorria nos recentíssimos estudos na área de ciências sociais, em São Paulo em especial, onde haviam sido criados, após 1932, a Escola Livre de Sociologia e Política e o curso de ciências sociais da Universidade de São Paulo, mostra a presença da sociologia norte-americana de Chicago e da antropologia de Lévi-Strauss, por exemplo. Uma trajetória, portanto, bem distinta, mas não tão distante no tempo.⁵

O que se está procurando encaminhar, neste sentido, é uma tentativa de compreensão de algumas das causas que podem iluminar o descompasso, desde os anos 50, entre a produção intelectual na área de história e na área das ciências sociais/política, em que a primeira fica nitidamente em desvantagem de autores e obras que busquem interpretar o país. Os nomes de Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, na verdade, poderiam ser vistos como as grandes exceções a

⁵ Vale observar que, no Brasil, embora a história tenha sido reconhecida como disciplina bem antes das ciências sociais, como nossas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras datam dos anos 30, sua institucionalização universitária se fez praticamente em paralelo com a sociologia e antropologia. Desta forma, a história não se beneficia, de um "atraso" das demais disciplinas sociais (como ocorre na França) que, aliás, gozam de bom prestígio, em especial a Sociologia, qualificada como "saber de salvação nacional".

confirmar a regra. Contudo, também deve ficar claro que a designação de cientista social, político em especial, é muito complicada até a década de 60/70, mas são muito mais numerosos e diferenciados os intelectuais que aí poderiam ser arrolados: Florestan Fernandes, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Antônio Cândido, dentre outros.

Do pouco que já se disse, salta aos olhos o caráter recente da produção de "estudos políticos" no Brasil, quer se assuma a ótica de uma "nova" história política, quer se assuma a ótica mais estrita da ciência política no campo das ciências sociais. Fica também razoavelmente evidente que, nos centros acadêmicos de formação de historiadores - entendidos como professores/pesquisadores - era muito grande o desamor pelos debates teóricos sobre a construção do conhecimento histórico, como também sobre qual era a nossa tradição de autores/obras neste terreno. Ou seja, qual era a nossa jurisprudência a ser consultada e refletida como ponto de partida para reelaboraões e discussões renovadoras.

Pode-se pensar, desta forma, que a década de 60 constitui como que um ponto de inflexão cujos desdobramentos frutificam de forma plena nos anos 70, e daí prosseguem num crescendo. São várias as razões que podem ser citadas para justificar esta transformação ampla e significativa, muitas delas, não por acaso, já arroladas em artigos que discutem especificamente a renovação ocorrida no campo disciplinar da história a nível internacional, com suas repercussões no Brasil. Por isso, é prudente começar por aí.

A revitalização dos estudos de história política, ou o que tem sido chamado de o "retorno" da história política, guarda relações profundas com as mudanças de orientações teóricas que atingiram as ciências sociais de forma geral.

Inúmeros autores situam o fenômeno como uma crise dos paradigmas estruturalistas então vigentes: o marxista, o funcionalista e também o de uma vertente da Escola dos Annales. Esta crise, traduzida pela recusa de explicações determinísticas, metodologicamente quantitativistas e marcadas pela "presença" de atores coletivos abstratos, não localizáveis no tempo e espaço, teria impactado o campo das ciências humanas forçando-as a rever suas ambições totalizadoras e suas explicações racionalistas/materialistas.

Não se tem aqui a menor pretensão de conduzir uma reflexão sobre este tema, que vem sendo debatido sistematicamente por historiadores e cientistas sociais, mas apenas correlacionar tal transformação mais geral a uma resignificação da história política que trouxe consigo algumas orientações inovadoras e fundamentais:

a) a de que a história política não só não é redutível a um reflexo superestrutural de um determinante qualquer de outra natureza (seja econômico ou não), como goza de autonomia ampla, sendo espaço iluminador e influenciador da dinâmica global da realidade social; por outro lado, que a história política não reclama para si atributos especiais, numa inversão do que é próprio aos paradigmas estruturalistas;

b) a de que a história política deve ser pensada como um campo mutável através do tempo e do espaço, podendo expandir-se ou contrair-se, incorporando ou eliminando temas, o que se relaciona fortemente com as histórias nacionais de vários Estados;

c) a de que a história política tem, de forma intensa e constitutiva, fronteiras fluidas com outros campos da realidade social, especialmente com as questões culturais, na medida em que as interpretações políticas abarcam tanto fenômenos sociais conjunturais - mais centrados em eventos -, quanto fenômenos

sociais de mais longa duração - como a conformação de uma mentalidade ou "cultura política" de um grupo maior ou menor;

d) a de que a história política privilegia, sem sombra de dúvida, o "acontecimento" (político tout court ou não), que não pode ser superestimado nem banalizado, mas sim investido de um valor "próprio" que lhe é em grande parte atribuído/vivenciado pelos seus contemporâneos; tal valor deve ser resgatado pelo analista, numa dialética entre memória-histórica cada vez mais considerada e praticada nos estudos político-culturais;

e) a de que a história política sofre, de forma ainda mais radical, uma demanda social pela "incorporação" do tempo presente, embora a "nova" história política não se esgote, nem se realize mais plenamente neste território contemporâneo e, portanto, ainda mais marcado pela convivência com a produção dos cientistas sociais, políticos em destaque;

f) a de que a história política também sofre o impacto da absorção de novos objetos e metodologias - a história oral, por exemplo - e mais ainda quando associada à história cultural, o que também a aproxima particularmente dos trabalhos dos cientistas sociais, políticos em especial.

Esta enumeração, sistematizando debates que se desenvolveram com mais frequência a partir dos anos 70 a nível internacional, é mais do que suficiente para traduzir a profundidade das transformações experimentadas e a ambigüidade dos desdobramentos da referida "crise de paradigmas". Ou seja, de um lado, desestruturaram-se referenciais explicativos e uma certa hierarquia nos campos do conhecimento da realidade social, instaurando-se a "incerteza" e a "fragmentação", sobretudo no interior da história. Mas, por outro lado, a crise obriga o desencadeamento de um processo de reflexão sobre a natureza e a especificidade do trabalho historiográfico, bem como sobre suas relações com as ciências sociais,

destacando-se os temas do estatuto da "nova" história política; da incorporação do tempo presente à história; e das relações política-cultura nas sociedades contemporâneas.⁶

A "aceleração" do tempo; a vivência "imediata" do acontecimento histórico; o sentimento da presença do político em esferas inusitadas da vida cotidiana dos cidadãos; e uma demanda social crescente por explicações sobre o que estava ocorrendo (e iria ocorrer), dramatizaram e concretizaram uma também "nova" posição pública do historiador, o que o aproximou mais de outros cientistas do social e de outros intelectuais produtores de interpretações, como os jornalistas da imprensa falada e escrita.

Neste sentido, é possível entender que a "área de aproximação" entre historiadores e cientistas sociais é assinalada tanto pela presença de questões de interesse comum - como os temas político-culturais -, sobretudo vivenciados no "tempo presente", quanto por um novo papel assumido por estes intelectuais, cada vez mais atuantes na mídia, embora de formas muito diferenciadas.

Entretanto, se estas transformações mais globais que afetam a conformação de um campo disciplinar e, dentro dele, o delineamento de espaços mais específicos de trabalho, demonstram a existência de uma historicidade geral que une internacionalmente os pesquisadores de um certo ramo do saber, pode-se igualmente verificar um outro movimento, mais específico em seus ritmos e características, que diz respeito às variações nacionais que a transformação mais ampla pode sofrer.

Esses ritmos nacionais, que não chegam a alterar a direção global do processo, têm certamente a ver com eventos próprios às histórias "políticas" de cada país. Ou, dito de outra forma, remetem às estreitas e tensas relações entre

⁶ Ver, por exemplo, RESCHANSKI, D.; POLLACK, M.; ROUSSO, H. (org.), "Histoire politique et sciences sociales", Les cahiers de L'IHTP, n° 18, 1991.

intelectuais e política, e aos desafios e demandas sociais crescentes que situações de crise conjuntural podem lançar à reflexão. Neste sentido, alguns acontecimentos - que não precisam ser políticos tout court - impõem aos intelectuais, e em particular àqueles cuja tarefa é interpretar a realidade política, a escolha de certos temas de análise, o que pode se traduzir pela emergência de "novos" objetos e métodos, ou pelo "retorno" de "velhos" objetos, revigorados por "novas" abordagens.

A dimensão ética e engajada do trabalho intelectual é, nesses casos, mais visível e compreensível e manifesta-se de forma mais transparente, por razões óbvias, no campo de trabalho daqueles que se dedicam aos "estudos políticos". As reflexões historiográficas há muito ressaltam este aspecto, ilustrando-o com os exemplos da guerra da Argélia, para os intelectuais franceses; das lutas coloniais na África, para os portugueses; e, no caso do Brasil contemporâneo, da instauração do regime militar em 1964.

No que interessa de perto a este texto, é tão impossível compreender os movimentos da história e da ciência política no Brasil sem uma remissão aos debates interdisciplinares travados a nível internacional, quanto sem uma clara referência ao impacto dramático trazido pelos restabelecimento do autoritarismo e da aberta repressão política, particularmente desde fins da década de 60.

Não é, portanto, nada casual que os anos 70 sejam o do florescimento de uma literatura que elegeu os temas da política brasileira como o seu centro nervoso, "expandindo" o entendimento de "política", e incorporando à história, definitivamente e legitimamente, o tempo presente como um período primordial de análise.

Toda esta literatura, grosso modo, gira em torno da compreensão do fenômeno do autoritarismo no país, movida pela necessidade de entender o golpe de 1964 e as causas do colapso do regime liberal-democrático instaurado pela Constituição de 1946. Por conseguinte, ela assume uma perspectiva histórica nítida,

já que não só era inviável pensar as características e os rumos do regime militar sem um retorno ao pré-64, como era evidente que as bases do autoritarismo brasileiro deitavam raízes profundas nas formulações e experiências de períodos anteriores, com destaque para o Estado Novo (1937-1945).

Desta forma, não importando o objeto específico e o percurso cronológico percorrido pelo estudo - se retroativo ou se prospectivo - o tempo presente da história/ciência política no Brasil foi datado, mais na prática do que na teoria, a partir do pós-30, permitindo, é claro, todas as incursões necessárias ao "passado" da questão central sob exame.

Nesta investida, os cientistas sociais saem na frente, abrindo-se rapidamente ao estudo do passado para o entendimento do presente, seu território cronológico por definição. Os historiadores, - e não só os brasileiros, é óbvio - são muito mais resistentes, insistindo na desconfiança quanto a estudos que não oferecessem o recuo imprescindível necessário a uma objetividade e impedissem o acesso prioritário a fontes arquivísticas escritas.

Este último aspecto é especialmente relevante, até mesmo porque a questão do trabalho com fontes é, até hoje, uma dificuldade que atormenta os pesquisadores das ciências sociais e os historiadores de forma violenta. Justamente por isso, é interessante observar que duas das mais importantes instituições arquivísticas para o estudo do tempo presente são criadas em inícios dos anos 70: o Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro (1973); e o Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade de Campinas, em São Paulo (1974).

Ambas as instituições, que recentemente comemoraram seus vinte anos com grandes seminários, criaram-se a partir da doação de arquivos privados de políticos: o CPDOC, do arquivo de Getúlio Vargas, a figura mais importante da história política brasileira do tempo presente; e o Arquivo Edgard Leuenroth, da

documentação de uma das mais significativas lideranças do movimento anarquista do país. O fato dos dois arquivos-base serem de políticos de elite - um de extração oligárquica e outro da classe trabalhadora - é pedagógico para se pensar as possibilidades de linhas de pesquisa que então se abriam: uma, concentrada na reconstituição dos movimentos da conjuntura política a partir da Revolução de 1930, com destaque para atores como os político-profissionais, militares e intelectuais; outra, destinada aos movimentos e organizações da classe trabalhadora, sindicatos e partidos em especial. Se, durante algum tempo, esta distinção foi vivenciada como oposição, a produção intelectual dos anos 80, com a generalização dos debates sobre a crise dos paradigmas estruturalistas, trouxe uma grande aproximação e consciência de complementariedade e compartilhamento de problemas comuns.

Para além, contudo, da questão das fontes, é conveniente ressaltar que a precedência das análises dos cientistas políticos brasileiros também tem a ver com a maior multiplicidade de orientações teóricas presentes em seus estudos. Ou seja, enquanto no âmbito da história a força de um marxismo determinista e reducionista dificultou, praticamente até fins dos anos 70, a eleição de temas políticos, associando-se à resistência ao estudo do tempo presente, na área da ciência sociais/política este domínio era bem menos acentuado, tanto pela influência de uma produção teórica norte-americana, quanto pela maior atenção aos debates existentes no interior do marxismo. Isto não quer dizer, naturalmente, que os debates, revalorizando o campo da política e complexificando o papel do Estado, não tenham também influenciado os estudos na história. O que se está indicando é que, nesta disciplina, o ritmo foi mais lento, o que se traduziu por uma produção historiográfica mais tardia comparativamente.

Tal fato, porém, não é tão surpreendente se considerarmos, por exemplo que, na França, textos clássicos para uma "nova" história e para uma "nova" história

política datam de fins dos 70 e inícios dos 80 ⁷, e que o Institut d'Histoire du Temps Présent, em Paris, foi organizado em 1978, apesar de suas origens serem anteriores.

O que se está pretendendo realizar neste artigo é, assim, apenas uma tentativa de situar os "estudos políticos" produzidos no Brasil, grosso modo desde os anos 60, pensando-os como contribuições que alargaram a concepção da política para além da esfera institucional/administrativa e que contemplaram, de forma muito clara, a ação do estado e de outros atores coletivos até então praticamente ignorados. Além disso, iniciaram o movimento de aproximação entre o político e o cultural, revalorizando o "lugar" desta interseção e reinstituindo o peso explicativo das tradições políticas e de seus mitos.

A estratégia escolhida foi a da eleição de algumas áreas temáticas consideradas significativas quantitativa e qualitativamente: a dos estudos políticos que retomaram temas clássicos como as instituições partidárias e sindicais e, através deles, discutiram de forma capital a experiência brasileira com a questão da participação e da representação políticas; e a dos estudos políticos que se dedicaram ao pensamento político-social brasileiro, designação que recobre, na linguagem acadêmica, um espaço amplo e diversificado que une a história política à história intelectual (das idéias, ideologias, mentalidades) e que tem florescido, não apenas em nosso país.

Seria bem mais do que tolice e ingenuidade desejar elaborar um balanço que objetivasse dar conta mais sistematicamente do que se produziu (ainda que só privilegiando esses aspectos), e das inúmeras questões que os contextos sociais desta produção envolveu. O exercício, portanto, é tão somente uma tentativa de tomar

⁷ Refiro-me as obras: LE GOFF, J. et NORA, P., *Faire de l'histoire*, Paris, 1974, 3 vol.; LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (ed.), *La nouvelle histoire*, Paris, 1978 e FURET, F., *L'atelier de l'histoire*, Paris, 1982, por exemplo. É bom destacar, inclusive, que, nelas, a questão do tempo presente só é marginalmente contemplada.

exemplos que encaminhem as reflexões sobre as relações da história com a ciência política, não se pretendendo, inclusive, traçar fronteiras rígidas e intransponíveis.⁸

Os estudos políticos em perspectiva histórica, realizados por cientistas sociais e historiadores, que serão aqui destacados como particularmente significativos na produção brasileira a partir de fins dos anos 60, poderiam ser entendidos, no geral, como uma retomada dos objetos clássicos da "política": a análise de instituições como partidos, sindicatos e forças armadas; e o estudo de períodos governamentais e de algumas políticas públicas, em especial.

Unindo-os, o desejo básico de responder à questão de porquê o Brasil (e a América Latina) mergulhou em um regime militar autoritário e de quais seriam os esforços necessários para a reinstalação de uma democracia sólida, que viesse para ficar. Os atores coletivos que se impunham como objeto de tal análise eram aqueles que mais dramaticamente estavam envolvidos na crise de 64: os militares e o Exército; os político-parlamentares e o Congresso; o Executivo federal; as lideranças da classe trabalhadora e os sindicatos, dentre os mais expressivos.

Alguns desses "novos" objetos encontravam referências na produção da "velha" história política, concentrada em temáticas institucionais-administrativas é marcada por um acento jurisdicista, e também na tradição do ensaísmo social e político brasileiro, como se verá. Contudo, como já ressaltado, o esforço de releitura da história política recente do país traduzia-se pela inovação profunda na construção dos temas e nas escolhas teóricas e metodológicas claramente interdisciplinares.

⁸ Em todo o artigo e devido às características da obra em que se insere, o interesse maior será sempre o de acompanhar o teor geral dos argumentos e debates suscitados pelos textos e não o de construir um levantamento bibliográfico rigoroso situando autores e obras e discutindo o conteúdo destas últimas. Pelas mesmas razões, não se fará menções a textos não editados comercialmente.

No que se refere à produção que tem como alvo pensar a ação de partidos políticos, de instituições como o Congresso, e também do comportamento eleitoral da população, algumas observações podem ser realizadas. A primeira delas, é a que diz respeito à solidificação de um diagnóstico sobre as características profundas de nosso sistema associativo/representativo, e que consagra a interpretação: do "artificialismo" de nossas instituições partidárias; de seu pouco enraizamento social; de sua indiferenciação ideológica e acentuado clientelismo; e de sua incapacidade de mobilizar eleitores e sustentar, congressionalmente, políticas públicas.

Assim, a produção realizada até fins dos anos 60 e inícios dos 70, de forma muito geral e abarcando textos com temáticas bem amplas, procurando compreender o colapso de 1964, aprofunda o que se tem hoje chamado de uma "ideologia antipartidária". Esta ideologia encontrava solo fértil não só em orientações teóricas que entendiam o fenômeno político (e mais ainda a questão da representação) como um reflexo de interesses sócio-econômicos, como também em uma tradição intelectual, construída desde os anos 20, que apontava o insolidarismo de nossa formação social e, por isso, a insuficiência e o fisiologismo dos partidos políticos e do Congresso.

É bem verdade que esta forte tradição intelectual pode ser pensada em dois tempos. O primeiro sendo aquele dos pensadores autoritários clássicos, como Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral que, afirmando o amorfismo de nossa vida social e postulando o papel organizador do Estado, propuseram a alternativa corporativista e carismática, entendendo os partidos como organizações inadequadas e indesejáveis. O segundo, certamente num esforço de sistematização meio forçado, sendo representado por textos dos anos 50/60 (Raimundo Faoro, 1958 e Maria Isaura Pereira de Queiroz, 1976)⁹, que insistem na construção da dicotomia entre o peso da burocracia estatal e a força da política de clientela, "privatista" e do

⁹ Os trabalhos da autora são publicados desde os anos 50 e o texto citado é dos mais conhecidos e utilizados.

"interior" no curso de história do Brasil. Ou seja, a dualidade público/privado ou ideologia/clientelismo, representaria o moderno e o atrasado, possuindo grande poder explicativo sobre os movimentos pendulares da política em nosso país. Contudo, é fundamental ressaltar, tais estudos não concluem mais pela indesejabilidade e descrença radical nos partidos políticos.

Assim, se o diagnóstico básico de todas essas diferenciadas análises, realizadas através de décadas de nossa produção intelectual, é o de uma sociedade civil fraca e que não se representa, face a um Estado hobbesiano que "coopta" e "manipula" elites e massas, há uma variação fundamental em seus prognósticos quando nos deslocamos para o período dos anos 50/60 e para os textos - ainda que muito críticos - que versam sobre a experiência do regime do pós-46. A saber: em lugar de uma perspectiva que praticamente vislumbrava a impossibilidade da liberal-democracia no Brasil (GOMES, 1990), inclusive e principalmente pelo artificialismo dos partidos; uma outra perspectiva que, justamente para defender sua desejabilidade, aplica-se em trabalhar com o "clientelismo" (LEAL, 1949) e o "populismo" (IANNI, 1967 e WEFFORT, 1973 e 1978). Neste sentido, o problema a ser resolvido era o de como dotar a sociedade de procedimentos políticos que "devolvessem" aos atores coletivos - fossem trabalhadores ou eleitores - suas margens de autonomia, já que praticamente apenas ao Estado era reconhecido iniciativa de ação e, mesmo assim, no que se referia ao poder Executivo. Quanto ao Legislativo - no caso, o federal - a situação era a de um interessante paradoxo. De um lado, o Congresso era "fraco", pois não representava a sociedade/cidadãos, via partidos; de outro, o Congresso era "forte" pois representava interesses (espúrios) de grupos econômicos elitistas, que bloqueavam a implementação de políticas públicas mais "renovadoras" conduzidas pelo Executivo.

O que se pode observar ainda, é que, neste conjunto mais global de análises, os partidos políticos "reais" e o Legislativo "existente" eram situados como

obstáculos políticos a serem vencidos, já que não cumpriam as funções de agentes formadores da opinião pública, nem de instituições implementadoras de políticas governamentais. Esta difícil situação e constatação era compartilhada tanto por clássicos dos anos 20 e 30, como Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, quanto por intelectuais/políticos dos anos 50 e 60, como Roberto Campos e Celso Furtado. Autoritários e liberais, direita e esquerda não se afastavam muito entre si quando se tratava de pensar os males políticos do Brasil, embora evidentemente se dividissem quanto aos remédios a serem aplicados e a seus efeitos esperados.

Entretanto, convivendo com esta linguagem interpretativa muito disseminada e por isso difícil de ser localizada mais especificamente, começam a se desenvolver estudos políticos que procuram romper com seus postulados em pontos centrais. Eles tem seu berço no que se poderia chamar de uma "sociologia política", podendo ser exemplificados pelos textos de Orlando de Carvalho e de outros autores que publicam na Revista Brasileira de Estudos Políticos da Universidade Federal de Minas Gerais, e pelos livros e artigos de Gláucio Ary Dillon Soares e Bolivar Lamounier, por exemplo.¹⁰

Estes trabalhos irão fundamentalmente começar a questionar, através de pesquisas documentais e tipo survey, a afirmação "naturalizada" de que a marca da história política brasileira era a de uma espécie de relação patológica entre o público e o privado, materializada no poder do Estado, na artificialidade dos partidos políticos e na irracionalidade dos eleitores/cidadãos. Neste sentido, elegendo-se o estudo do sistema partidário existente entre 1945 e 1964, e também a organização de seus partidos políticos isoladamente, tem início como que uma revalorização da experiência liberal-democrática do período, cujo termo talvez pudesse ser situado no livro de José Antonio Lavareda (1991).

¹⁰ Na bibliografia há apenas exemplos.

Tais estudos começam por assinalar que as lideranças "populistas" do período possuíam bases sociais diferenciadas e assumiam feições ideológicas diversificadas: sendo assim, era extremamente simplista compreender sua ação política e também o comportamento eleitoral dos brasileiros como redutível a manobras clientelísticas ou apelos demagógicos, ambos classificados como desvirtuamentos da "verdadeira" política. Ou seja, afirma-se, nesta produção, a existência de uma relação de representação política em que os eleitores (não as "massas") aderem às propostas políticas dos candidatos, inclusive e até principalmente, a dos "líderes populistas". Além disso, a presença de tais lideranças não é interpretada como incompatível com vinculações partidárias, havendo, no período, um desenvolvimento crescente da força eleitoral de partidos políticos, dentre os quais se ressalta o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN).

Talvez fazendo uma leitura minuciosa - é bem verdade que já influenciada pela ótica das análises dos anos 90 -, possa-se verificar que, desde fins dos anos 60, houve estudos - na área da sociologia e da ciência política -, que apontaram o período de 1945-64 como estratégico em termos da expansão da democracia no Brasil e do exercício da participação (através de movimentos sociais) e da representação (direito de voto) políticos, a despeito de suas óbvias limitações (o Partido Comunista Brasileiro era ilegal, por exemplo).

Dois livros importantes, neste contexto, foram Brasil em perspectiva, organizado por Carlos Guilherme Motta (1968) que, situando-se claramente no campo da história, trazia artigos sobre história do tempo presente e sobre história política; e Estado e partidos políticos no Brasil de Maria do Carmo Campello de Souza (1976), cientista política que, sob orientação de Francisco Weffort, produz um texto tipicamente interdisciplinar. A tese da autora, destacando os laços entre o sistema partidário dos pós-45 e o período do Estado Novo, apontava para a

necessidade de se historizar as análises sobre partidos, relativizando rupturas (inclusive com períodos ditatoriais) e valorizando os graus de institucionalização alcançados por estas organizações no Brasil.

Muitos outros textos foram produzidos trabalhando com partidos políticos. O Partido Comunista Brasileiro, provavelmente, é o primeiro e o mais estudado dentre todos, por razões que a rejeição ao regime militar e o engajamento dos intelectuais, não só de brasileiros, podem iluminar. (CHILCOTE, 1974 é um bom exemplo) Além dele, outros partidos atuantes no pós-45 - como o Partido Social Democrático (HIPÓLITO, 1985); a União Democrática Nacional (BENEVIDES, 1981); e só mais tarde, o Partido Trabalhista Brasileiro (BENEVIDES, 1989; GOMES E D'ARAÚJO, 1989 e DELGADO, 1989) - foram estudados.

No mesmo rastro, são elaborados textos sobre os partidos criados após 1964, como o Movimento Democrático Brasileiro (KINZO, 1988) e, sobretudo, o Partido dos Trabalhadores (MENEGUELLO, 1989). Sugestivamente, não há nada, academicamente falando, sobre a Aliança Renovadora Nacional, embora não sejam poucas as análises sobre a experiência do bipartidarismo.¹¹ Este interesse justifica-se, inclusive, pelo longo processo de "transição pactada", iniciado em 1974 e com cerca de uma década de duração, envolvendo uma reforma partidária em 1979 e, com o fim do regime militar, um rearranjo muito amplo do sistema partidário.

A questão da descontinuidade no tempo de nossas formações partidárias impunha-se à observação dos analistas, forçando uma reflexão sobre seu significado para se pensar as "dificuldades" dos partidos políticos em se solidificarem como organizações e em se comunicarem, criando fidelidades, com seus eleitores. Trabalhos retomando o tema do sistema partidário no pós-45 (BRASIL, 1983 e

¹¹ No momento oriento uma dissertação de mestrado sobre a ARENA, único trabalho que sei estar em curso sobre o assunto.

LAVAREDA, 1991) vêm contribuir de forma significativa para uma nova compreensão do tema, inclusive porque, desta feita, já dispondo de uma certa massa crítica de textos acumulados. Neste sentido, vale ressaltar algumas observações que passaram a se incorporar ao estoque de conhecimentos sobre partidos políticos no Brasil: a de que as análises sobre o funcionamento de partidos nacionais deve atentar para os seus níveis estaduais e municipais de atuação; a de que a historicidade das instituições partidárias é fundamental, e que também ela sofre o impacto da regionalização; e, por fim, a de que, a despeito do desprestígio que partidos e procedimentos eleitorais sofreram entre 1965 e 1974, antes e depois destas datas os eleitores procuraram orientar-se através de siglas partidárias, havendo "racionalidade" tanto em suas fidelidades, quanto em suas "infidelidades" (FIGUEIREDO, 1993).

No momento em que este artigo está sendo escrito, o debate sobre sistema partidário e legislação eleitoral ganha grande atualidade, pois trata-se de, mais uma vez, criar novas siglas através de recomposições e alianças entre algumas já existentes, e de eliminar outras, referentes a partidos sem representatividade eleitoral, beneficiários de dispositivos legislativos que precisariam ser alterados.¹²

Desta forma, o eleitorado brasileiro estaria sendo instado a continuar seu longo aprendizado sobre quais são os partidos "disponíveis" para seu voto e sobre o que eles representam em termos de propostas políticas governamentais. Como a literatura de todas as décadas é unânime em ressaltar, este é um fato complicador para o sólido exercício da liberal-democracia, que precisa de referentes organizacionais conhecidos, coisa que só a história dos partidos e a memória dos eleitores pode assegurar.

¹² O noticiário dos jornais nos meses de agosto e setembro tem insistido em uma possível agregação de siglas tanto à "direita"(o novo "PC", partido do candidato ou partido do cargo de Paulo Maluf), quanto à "esquerda", envolvendo líderes de várias organizações. Aliada a essa "classificação" do espectro ideológico, estaria a eliminação de legendas, por numerosas e inexpressivas.

A longa e diversificada tradição de estudos político-culturais que insiste no amorfismo da vida associativa em nosso país, e na exclusiva e/ou dominante existência de laços sociais de natureza privada/pessoal/clientelística/fisiológica (com tais deslocamentos embutidos), é a mesma que, descrendo dos partidos, encontra e propõe a alternativa e a conveniência da organização sindical corporativa. Neste sentido, e este ponto deve ficar bem esclarecido, nossa tradição analítica não situa nunca a possibilidade de uma escolha entre representação e não-representação política, mas sim a escolha do tipo de representação pertinente e, pour cause, eficiente para o Brasil. Daí, a centralidade do tema do corporativismo e de seu vínculo umbilical com a questão sindical.

Assim, durante décadas de crítica à liberal-democracia - que pecaria por excesso, durante a Primeira República, na ótica dos intelectuais dos anos 30 e 40, e pecaria por carência no período de 1945-64, para os analistas dos anos 50 e 60 -, os partidos seriam "desvalorizados", e os sindicatos e outros agentes organizadores da sociedade seriam considerados mais convenientes e desejáveis.

É bem verdade, que as razões da defesa conjunta da solução alternativa, fosse sindical ou não, eram inteiramente distintas nos argumentos defendidos ao longo deste período, o que torna o ponto ainda mais instigante. No primeiro caso, por exemplo, os sindicatos seriam uma organização social básica, porque francamente despolitizados e submetidos à tutela estatal. No segundo caso, exatamente porque politizados, mas continuando a permanecer afastados do jogo "sujo" da política profissional, vale dizer, dos partidos. Nos dois casos, entretanto, os sindicatos possibilitariam a ruptura com as relações clientelísticas, ainda que

apenas potencialmente - por premissa teórica - e não necessariamente em nossa experiência histórica.

Ou seja, os sindicatos, enquanto organizações representativas da classe trabalhadora, eram os detentores da possibilidade de uma ação transformadora da realidade social, em distinção e oposição às virtualidades dos partidos políticos. Para os teóricos do corporativismo dos anos 30, ideólogos do Estado Novo e do modelo sindical, em boa parte, até hoje vigente, porque os verdadeiros interesses do povo, manifestavam-se por meio de suas demandas profissionais, canalizadas e reconhecidas legalmente pelo Estado, independentemente de procedimentos liberais/eleitorais, vistos como espúrios. Para os teóricos de "esquerda" dos anos 50 e 60, porque os sindicatos eram, por definição, o lugar das lideranças do proletariado, ator coletivo revolucionário por seu anticapitalismo e antiimperialismo. Contudo, o que se verificava, segundo a lógica desta última ótica, era que, por seus males de nascimento - o vínculo com o corporativismo - e por seus males de crescimento - o vínculo com o populismo -, os sindicatos e a classe trabalhadora brasileira não confirmavam as expectativas da teoria, habitando o limbo da "falsa consciência" ou da "consciência possível". Por isso, em sua trajetória, haviam alcançado alguma coerência apenas em momentos específicos de um passado distante e pré-corporativista.¹³

Ao lado desta literatura, apenas como registro, produz-se toda uma série de textos de ensaios e memórias, de autoria de militantes do movimento operário e sindical, que também têm o propósito de explicar o grau de consciência de classe dos trabalhadores. Neste caso, em geral, como seria de esperar, destacam-se as virtudes das lideranças envolvidas em lutas heróicas, mal conhecidas e interpretadas.

¹³ Vários trabalhos de Oliveira Vianna seriam o melhor exemplo da primeira vertente de análise; já inúmeros textos ilustrariam a segunda vertente, já que todas essas idéias estavam presentes e dispersas em quase tudo que se escrevia sobre sindicatos até os anos 70.

Por conseguinte, é com um conjunto numeroso e variado de textos, que retrata a classe trabalhadora e o movimento sindical tanto em negativo como em positivo, que os estudos políticos têm que dialogar, quando começam a ser mais sistematicamente produzidos a partir dos anos 60.

O que se pode observar é que também tratava-se de produzir uma explicação para o comportamento político da classe trabalhadora, sendo que, neste momento específico, sob o impacto da consecução do golpe de 1964. Desta forma, a compreensão das características históricas de nosso movimento operário e sindical eram cruciais para a produção de respostas que iluminassem sua presença/ausência dos acontecimentos do golpe, e que permitissem pensar uma "nova" alternativa de identidade operária no Brasil.

Já são conhecidas e clássicas as análises que situam a produção realizada nos anos 60 e inícios dos 70 (VIANA, 1978 e 1984) e que distinguem basicamente duas vertentes interpretativas para a questão acima. A primeira, produzida mais em inícios dos 60, procuraria as razões do comportamento político da classe em determinantes estruturais associados ao processo de industrialização e à composição social da classe trabalhadora (origem rural; contingente de imigrantes; magnitude de reserva de mão-de-obra, etc.). Nesta perspectiva, o que desarticulava o movimento sindical brasileiro a partir de 1930, e o tornara sensível aos apelos populistas, indicativos da heteronomia política dos trabalhadores, eram fatores de natureza sociológica estrutural e não elementos de ordem político-cultural. Por construir esta versão interpretativa, o enfoque é conhecido como "sociológico" e, vale mencionar, não é exclusivo do Brasil, surgindo em análises para Argentina e outros países latino-americanos. (RODRIGUES, J.A., 1966; SIMÃO, 1966 e RODRIGUES, L.M., 1966 E 1974)

A segunda vertente de análises, concentrada em fins dessa década, não só realiza a constatação da insuficiência de macro-variáveis de natureza sócio-

econômica para explicar comportamentos políticos de atores coletivos ou individuais, como postula a necessidade de se buscar variáveis de natureza conjuntural e política para fazê-lo. Por isso, torna-se conhecida como "enfoque político" e, no caso do operariado brasileiro, postula a centralidade do papel do Estado para qualquer exercício cujos objetivos sejam o entendimento da dimensão política de atuação deste ator. (WEFFORT, 1973 e 1978-9, ERICKSON, 1979)

Toda esta produção, portanto, está sendo realizada basicamente por sociólogos e cientistas políticos, movidos pela questão do tempo presente, que é a de compreender como se esgotou a experiência liberal-democrática inaugurada pela Constituição de 1946 e associada ao epíteto de "populista", por suas características de conservadorismo e cooptação/manipulação das massas urbanas/trabalhadoras. Uma experiência conotada, como fundamentalmente negativa, embora nela também se vejam alguns tipos de "vantagens/avanços", como uma maior participação política e atendimento de demandas sociais dos trabalhadores. O populismo, ainda quando assumindo uma dupla direção, não perde o poder de estigmatizar a experiência histórica do pós-45 e de limitar politicamente a livre direção e escolha dos movimentos da classe trabalhadora.

Contudo, é fundamental assinalar que, se estes estudos estão sendo escritos por cientistas sociais, por força da própria questão que enfrentam, elas têm que assumir uma nítida interseção com períodos, temas e fontes da história política. A Primeira República, os anos dos pós-30, o Estado Novo, e o período entre 1945-1964 transformam-se em momentos privilegiados de análise, o que dimensiona o fato de ser esta uma literatura clássica para quem quer conhecer a política brasileira.

A partir de meados da década de 70 este quadro começa a mudar de forma significativa. De um lado porque, sob os impactos da acelerada industrialização e da dura coerção política, impõe-se à reflexão, e não por acaso também dos cientistas políticos, um fenômeno sócio-político batizado como "novo

sindicalismo". Este "novo" objeto, metaforicamente assinalado pela ascensão da liderança do sindicalista Luís Inácio (Lula) da Silva, é construído em distinção e oposição ao velho sindicalismo populista do pós-30, na mesma dinâmica em que este o fora em relação ao sindicalismo heróico dos anos 10 e 20 deste século.

As razões para tal emergência radicavam-se nas condições de desenvolvimento e colapso do "milagre econômico" do pós-64, e o destino desta nova materialidade da classe trabalhadora brasileira era resgatar o seu heroísmo, questionando o corporatismo sindical e lutando pela democracia. Os numerosos artigos escritos por Almeida (1981 e 1982 são exemplos) ilustram plenamente uma linhagem de textos que aponta para a ruptura de um esteio fundamental nas análises da esquerda sobre o comportamento político do movimento sindical brasileiro: o elo referencial com o Estado precisaria ser desfeito, em benefício de estratégias mais autônomas e economicistas.

As novas bandeiras das lideranças sindicais do ABC paulista - organização sindical livre, ancorada nos locais de trabalho; negociação coletiva e contratação direta com o empresariado - indicariam um percurso que, iniciado com as grandes greves de 1978 e 1979, anunciariam uma nova identidade, finalmente autônoma, para a classe trabalhadora.

Um outro conjunto de análises, contudo, também começa a se desenvolver desde fins dos 70, como bem assinalou Werneck Vianna (1978). Seriam estudos "históricos" e muito embora continuassem ainda a ser feitos por sociólogos e cientistas políticos, traziam significativamente outros parceiros para o desenrolar dos debates. Críticas, como a da falta de rigor no uso de fontes históricas e a da elaboração de interpretações muito generalizadoras e reducionistas das variações regionais e temporais do movimento sindical, já vinham há anos circulando na academia. Sendo assim, reconhecia-se a necessidade de um maior investimento na pesquisa histórica e, sem minimizar a perspectiva analítica, o dever de construir

narrativas densas, teórica e metodologicamente, que não se voltassem tout court para a construção de modelos ou classificações.

O tema - a formação da classe trabalhadora e seu comportamento político - continuaria a catalizar as atenções, e os períodos da Primeira República, do pós-30, da República do pós-45 e também dos inícios dos 80, seriam todos objetos de investigação de um amplo e rico conjunto de trabalhos. Nele, se destacariam historiadores e antropólogos, numa nítida expressão das transformações que ocorriam nos debates internacionais, com o desenvolvimento de uma história antropológica e/ou de uma antropologia histórica, explicitando a valorização do político e do cultural em um diálogo enriquecedor. A importância e influência dos trabalhos de E.P. Thompson, M. Perrot e Hoggart, por exemplo, atestam o que se quer destacar.

Alguns livros tem papel-chave por seu caráter pioneiro, tornando-se referências necessárias para tudo o mais que se iria escrever ao longo dos anos 80, inícios dos 90. Entre eles, cabe destacar, até mesmo por terem sido publicados no mesmo ano - 1976 - os textos do historiador Boris Fausto e do cientista político Luís Werneck Vianna. A eles podem se acrescentar, ainda em fins de 70, as contribuições de Lobo (1978), Maram, Stein, Pinheiro e Hall (todos de 1979) e, já nos 80, Lopes (1976 e 1988), Chalhoub (1986), Carvalho (1987) e Gomes (1988).

Esta numerosa e rica literatura reverá e refinará uma ampla série de questões, iluminando aspectos como o das condições de vida da classe trabalhadora; suas variadas formas de organização e orientação ideológica; o "lugar político" ocupado pela imigração e pelos imigrantes e muitos outros. Teoricamente, pode-se dizer que a preocupação de fundo é recusar um "modelo" de classe trabalhadora "verdadeira", a que a experiência histórica brasileira não corresponderia. Os trabalhadores são, portanto, tratados como atores coletivos autônomos, realizando escolhas e reinterpretando interpelações, como a do trabalhismo, construído no

Estado Novo. Não por acaso, a categoria "populismo" é amplamente discutida e as análises que postulam rupturas radicais entre períodos são, no geral, rejeitadas.

Sem dúvida nenhuma, este esforço continua em curso nos anos 90, havendo ainda muito a fazer. Mas há alguns pontos que poderiam ser destacados por sua importância. Em primeiro lugar, a associação de estudos sobre sindicatos e partidos, em especial de trabalhadores, revigorando as análises sobre o Partido Comunista Brasileiro (que se auto-extingue em 1989); sobre o Partidos do Trabalhadores e sobre o Partido Trabalhista Brasileiro, até então "desprezado" como objeto de estudo.

Em segundo lugar, o próprio curso da longa transição pactada brasileira (1974-1985) e a elaboração da Constituição de 1988, impuseram outras óticas sobre o tema do "novo" sindicalismo. Neste sentido, os vínculos com o período do pré-64 e o apego a certos aspectos do corporativismo (como a unidade e o "imposto" sindicais) têm sido mencionados, bem como questões complexas que afetam a montagem das Centrais Sindicais, o desencadeamento de greves e as negociações coletivas com o Estado e o empresariado. (RODRIGUES, L.M., 1988, BOITO JR, 1991)

Se o novo sindicalismo deixou de ser novo e heróico, desmistificando-se, o sindicalismo do período de 1945-64 foi retirado do purgatório em que estava colocado por seus pecados de burocratização, assistencialismo e peleguismo. A ação dos trabalhadores de várias categorias tem sido estudada, demonstrando-se a construção de uma "cultura sindical" que, como gosto de situar, "reinventava" o trabalhismo, apropriando-se de propostas e instituindo organizações, combativas e importantes para a produção de muitas identidades "operárias". (RAMALHO, 1989, PESSANHA e MOREL, 1991; MANGABEIRA, 1993)

Neste sentido, tanto no que se refere aos estudos políticos sobre partidos quanto sobre sindicatos, os anos 90 assinalam uma postura teórica que recusa

diagnósticos de fraqueza, heteronomia, desvio e inviabilidade. Partidos e sindicatos, como sempre na história política do Brasil, são desafios analíticos que os acontecimentos do tempo presente continuarão a impor aos cientistas sociais e, sem dúvida, e de forma profunda, também aos historiadores.

Não seria possível, contudo, mapear o campo dos estudos políticos sem fazer uma menção, ainda que muito breve, à revitalização dos trabalhos sobre o que em nossa tradição intelectual é chamado de "pensamento político e social brasileiro". De um lado, porque tal revitalização ocorreu impulsionada pelas mesmas razões teórico-metodológicas que comandaram o "retorno" do político e seu vínculo com o cultural. De outro, porque também foi a dramática questão da compreensão do fenômeno do autoritarismo que exigiu tal esforço, não casualmente acentuado na segunda metade dos anos 70.

Como no caso dos estudos sobre partidos políticos, o tema das "idéias" políticas era razoavelmente bem secundário até os anos 60. Se os partidos eram "artificiais", sobre o pensamento social e político pairava dúvida ainda mais profunda: haveria "realmente" um pensamento social e político "brasileiro"?

Tal interrogação carregava em si, como pano de fundo, uma certa perspectiva marxista que entendia serem as "idéias" e o comportamento político "reflexos" de realidades sócio-econômicas mais profundas. Portanto, a produção intelectual dos autores poderia ser entendida como o "resultado" de suas origens de classe e/ou da manipulação/cooptação do poder estatal. Associada a tal visão, mas podendo-se realizar distinções analíticas, estava a postulação de que as "idéias políticas" no Brasil eram "importadas" do exterior, razão pela qual ou elas estavam "fora do lugar", não sendo operativas e produzindo equívocos; ou elas estavam "no

lugar", construindo uma justificativa um tanto maquiavélica de estratégias de dominação política (de classe, do Estado etc.).

A estes elementos, suficientemente compartilhados, somava-se um descrédito, alimentado durante os anos 50 e inícios dos 60, em especial por intelectuais de esquerda, pelos autores e obras produzidas ao longo das décadas de 20, 30 e 40 e que, sem dúvida, vinculavam-se à experiência estadonovista. Tais pensadores, classificados como racistas e reacionários, tinham o valor intelectual de sua produção comprometido à priori, devendo ser negados, a despeito de suas óbvias contribuições para a implementação de políticas públicas que continuavam tendo vigência, como era o caso da legislação trabalhista e sindical. No rastro desta desatenção, ignoravam-se também intelectuais do século XIX, que haviam produzido reflexões sobre a organização político-institucional do país, como José de Alencar e Tavares Bastos. Liberais e autoritários não escapavam de uma desconfiança política básica, que acabava por impedir um trabalho de história intelectual: análise de obras e sua contextualização social; análise de trajetórias de autores individualmente ou não, com seus referentes organizacionais (escolas, revistas, academias); análise da formação de tradições de pensamento político e sua divulgação para um público amplo.

A crítica a esta postura intelectual, dentro da academia, pode ser simbolicamente situada em dois trabalhos de cientistas políticos (LAMOUNIER, 1977 E SANTOS, 1967 e 1978) que não apenas historicizam e classificam o tipo de análises realizadas até então, como trazem para a ordem do dia os estudos sobre pensamento social e político e, neles, sobre uma tradição política autoritária.¹⁴

Desde então, tais estudos não cessaram de se desenvolver, incorporando historiadores e beneficiando-se do refinamento que os debates ocorridos no campo

¹⁴ Cabe mencionar também o trabalho de SCHWARTZMAN, S., publicado primeiro em 1975 e depois em 1982.

da história cultural, a nível internacional, trouxeram para o país. A presença de autores como o antropólogo C. Gertz; os "sociólogos" Bourdieu e Foucault; e os historiadores Le Goff, J. Revel, R. Chartier e R. Darton, dentre outros, nas citações e nas interpretações que passam a circular nesta literatura, são testemunhos de sua variedade e vigor.

Foram, portanto, reconquistadas como temáticas de primeira linha a análise das obras, trajetórias e contextos de produção intelectual de pensadores como: Tavares Bastos, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Alceu Amoroso Lima, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda etc. A listagem seria cansativa, mas nela comparecem liberais e autoritários; católicos e "cientificistas"; figuras que brilharam na literatura e nos ensaios histórico-sociológicos. Algumas, como Francisco Campos e Manoel Bonfim, permanecem ainda pouco freqüentadas, enquanto outras reúnem um já vasto número de livros e artigos.¹⁵

Saudável desdobramento desta transformação que, agora nos 90, parece voltar a ter ímpeto, é a reedição dos textos dos próprios autores, embora haja ainda lacunas incompreensíveis como a dos trabalhos de Francisco Campos e Paulo Prado. As editoras universitárias (UnB, EDUSP, UNICAMP E UFF) cumpririam aí um papel relevante, o que aliás é próprio de sua vocação, mas que no Brasil longe está do que se vê na Europa e nos USA.

A presença de literatos, associando-se ao rol de cientistas sociais e historiadores é, neste campo de estudos, um fato compreensível e absolutamente capital. A grande figura a ser lembrada seria Antônio Cândido (1965), mas também colaboram neste esforço, W. Martins (1977-78, Roberto Schwarz (1977), Alfredo Bosi (1992) além de muitos outros. Textos sobre o movimento romântico e,

¹⁵ Seria tentador, mas perigoso, acrescentar à bibliografia, ainda que resumidamente, uma amostra da literatura que está sendo mencionada. Optamos, por isso, por uma ou outra exemplificação: Araújo (1993), Bastos e Moraes (1993).

principalmente, sobre o modernismo marcam esta produção, que igualmente tem demonstrado especial interesse pelo positivismo e outros científicismos.

Escolas e/ou estilos de pensamento tem sido estudados, bem como a trajetória de nossas elites político-intelectuais em abordagens mais francamente sociológicas, históricas ou literárias. Certos livros tiveram papel importante por suscitarem debates e despertarem, por seu pioneirismo, o interesse do público acadêmico. Entre eles estão Barros (1959), Mota (1977), Medeiros (1978), Miceli (1979) e Sevcenko (1983).

Como evidentemente trata-se de realizar aqui apenas um registro do imenso e riquíssimo campo que tem sido freqüentado pelos estudiosos do político, importa assinalar que, em toda a sua diversidade, essa é uma grande reflexão sobre a construção da identidade nacional brasileira, o que não pode ser empreendido em disjunção ao processo de construção de nosso Estado Nacional. Provavelmente por isso, mais recentemente, têm surgido textos que se concentram no tratamento de ideologias políticas, na análise de mitos político/científicos e, inclusive, em pensar uma cultura política brasileira. Afinal, como sabem e repetem aqueles que trabalham com história política e cultural, a forma como os cidadãos de um país experimentam a política - seus valores, seus medos, sua memória coletiva e suas expectativas - podem dizer muito sobre a sociedade em que vivem e sobre o "lugar" que nela tem ocupado os intelectuais.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil”, Dados, vol. 24, nº 2, Rio de Janeiro, Campus, 1981.

_____. “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”, em SORJ, B. et alli (org.), Sociedade e política no Brasil pós -64, São Paulo, Brasiliense, 1983.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30, Rio de Janeiro, Ed. 34, 1993.

BOITO JR., Armando (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

BARROS, Roque Spencer Macie de. A ilustração brasileira e a idéia de universidade, São Paulo, Convívio, 1986 (1ª ed., 1959).

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização, São Paulo, Cia das Letras, 1992.

BASTOS, E. e MORAES, J. Q. (orgs.).O pensamento de Oliveira Vianna, São Paulo, Ed. UNICAMP, 1993.

BENEVIDES, Maria Vitória. de Mesquita. O governo Kubischek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

_____. A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro(1945-1965), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

_____. O PTB e o trabalhismo, São Paulo, Brasiliense, 1989.

BRASIL, Olavo. Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964), Rio de Janeiro, Graal, 1983.

CÂNDIDO, Antônio. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária, São Paulo, Ed. Nacional, 1985(1ª ed., 1965).

CARVALHO, Orlando. "Os partidos políticos em Minas Gerais", Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 1, nº 2, 1957.

- CARVALHO, José Murilo de. Os bestilizados: o Rio de Janeiro e a República que não foi, São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, S. Trabalho, lar, botequim, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CHILCOTE, Ronald. The brasilian communist party, New York, Oxford Univ. Press, 1974.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. PTB: do getulismo ao reformismo, São Paulo, Marco Zero, 1989.
- ERICKSON, Kenneth Paul. Sindicalismo no processo político no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1979.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro, Porto Alegre, Ed. Globo, 1958 .
- FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito industrial (1890-1920), São Paulo, Difel, 1976.
- FIGUEIREDO, Marcus.
- GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo, São Paulo, Vértice, 1988.
- _____ . "A dialética da tradição", RBCS, n° 12, v. 5, 1990.
- _____ e D'ARAÚJO, Maria Celina. Getulismo e trabalhismo, São Paulo, Ática, 1989.
- HIPPOLITO, Lúcia. PSD: de raposas e reformistas, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1985.
- IANNI, Otávio. O colapso do populismo no Brasil, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1967.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979), São Paulo, Vértice/IDESP, 1988.
- _____ e CARDOSO, F.H. (org.). Os partidos e as eleições no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

- LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação”, História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, vol.2, 1977.
- LAVAREDA, Antônio. A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura/ IUPERJ, 1991.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto, São Paulo, Alfa Ômega, 1975 (1ª ed., 1949).
- LOBO, Eulália. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro), Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.
- LOPES, José Sérgio. O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- _____. A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”, São Paulo, Marco Zero, 1988.
- MANGABEIRA, Wilma. Os dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda, Rio de Janeiro, Relume Dumará/ANPOCS, 1993.
- MARAN, S.L. Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira, 5 vol. ,São Paulo, Cultrix, 1977-1978.
- MEDEIROS, Jarbas. Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1978.
- MENEGUELLO, Rachel. PT: a formação de um partido (1979-1982), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945), São Paulo, Duas Cidades, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva , São Paulo, Difel, 1968.

- _____. Ideologia da cultura brasileira (1933- 1974), São Paulo, Ática, 1977.
- PESSANHA, Elina e MOREL, Regina. “Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro”, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.17, Rio de Janeiro, Relume Dumará/ANPOCS, 1991.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael. A classe operária no Brasil, São Paulo, Alfa Ômega, 2 vol., 1979, 1981.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios, São Paulo, Alfa Ômega, 1976.
- RAMALHO, José Ricardo. Estado patrão e luta operária; o caso da FNM, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil, São Paulo, Difel, 1966.
- RODRIGUES, Leôncio. Conflito industrial e sindicalismo no Brasil, São Paulo, Difel, 1966.
- _____. Trabalhadores, sindicatos e industrialização, São Paulo, Brasiliense, 1974.
- _____. Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política, São Paulo, Ática, 1990.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. “A imaginação político-social brasileira”, Dados, n.2/3, Rio de Janeiro, 1967.
- _____. Ordem burguesa e liberalismo político, São Paulo, Duas Cidades, 1978.
- SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas, São Paulo, Duas Cidades, 1977.
- SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro, Rio de Janeiro, Campus, 1982.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República, São Paulo, Brasiliense, 1983.

SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado, São Paulo, Dominus, 1966.

SOARES, Gláucio Ary Dillon, Sociedade e política no Brasil, São Paulo, Difel, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil, São Paulo, Alfa Ômega, 1976.

STEIN, Stanley. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850- 1950), Rio de Janeiro, Campus, 1979.

VIANA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

_____. "Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências", BIB, n°.3, Rio de Janeiro, 1978.

_____. "Atualizando uma bibliografia: novo-sindicalismo, cidadania e fábrica", BIB, n°. 17, Rio de Janeiro, 1984.

WEFFORT, Francisco. "Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra) ", Estudos CEPRAB, n°.4, São Paulo, 1973.

_____. O populismo na política brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964", Revista de Cultura Contemporânea, Ano I, n° 1, julho/1978; Ano I, n°2, jan/1979; e Revista de Cultura e Política, Ano I, n° 1, ago/1979.